

Estudo prospetivo das qualificações da Região Autónoma da
Madeira- 2021-2027

SUMÁRIO EXECUTIVO



Cofinanciado por:

Equipa do estudo

António Manuel Figueiredo (coordenação)
Carlos Fontes (inquérito às empresas)
Clara Correia
Leonor Rocha
Mariana Rodrigues

A equipa agradece ao Instituto para a Qualificação, IP-RAM a colaboração prestada no âmbito do estudo. Agradecemos também a todas as entidades, empresas, associações e escolas, bem como aos seus representantes e profissionais, a colaboração prestada e a participação nas entrevistas e *focus-group* realizados. Sem vós não teria sido possível aprofundarmos reflexões e conhecimento.

1. ENQUADRAMENTO

“O Estudo prospetivo das Qualificações da RAM (2021-2027) visa aprofundar o conhecimento de natureza prospetiva relativo à evolução exetável das atividades de especialização e às implicações em matéria de emprego e competências, pretendendo-se dotar a Região, no horizonte do período de programação de Fundos Estruturais 2021-2027, de uma perspetiva de médio/longo prazo de investimento em competências estratégicas que contribuam para a renovação dos argumentos competitivos da economia regional” (in clausula 25ª do Ofício-Convite).

São duas as componentes que emergem de forma explícita deste enunciado:

- “(i) uma componente de aprofundamento de conhecimento de natureza prospetiva em matéria de evolução das atividades de especialização, segundo as necessidades tipo de competências e
- (ii) uma componente de visão esclarecida sobre os problemas de reorientação da oferta de formação inicial (nomeadamente de nível intermédio) e de formação contínua”.

O período pandémico em que o estudo decorreu tornou impossível o trabalho de terreno presencial e trouxe ao exercício de prospetiva importantes implicações, suscitando a indeterminação de algumas tendências no após pandemia.

Em matéria de **fontes de informação**, o estudo recorreu, **em termos de análise qualitativa**, aos seguintes elementos: (i) **Análise documental** - PDES, estudos, planos, relatórios e uma base bibliográfica de referência em matéria de prospetiva de qualificações; (ii) **Inquirição por entrevista** (individual e/ ou coletiva) a um conjunto de atores institucionais (Direções Regionais e Agências, entre outros), associações, empregadores e operadores de educação e formação, nomeadamente escolas – foram realizadas 19 entrevistas (24 participantes); (iii) **Dinamização de focus-group** com empregadores, com diversidade de tipos de empresas. Foram realizados 3 *focus-group* – “Hotelaria e Turismo”, “Empresas Tecnológicas” e “Empresas de Setores Diversos”, num total de 13 empresas e 14 participantes; (iv) **Inquérito a uma amostra de empresas** da RAM que conseguiu envolver 207 empresas.

Em termos de análise quantitativa, foram mobilizados: (i) **Informação estatística** - indicadores económicos e sociais; indicadores de educação; (ii) **Dados da oferta formativa inicial e contínua** - rede, cursos, alunos; (iii) **Preparação da abordagem** dos métodos para a projeção do emprego.

2. ELEMENTOS DE ANÁLISE DE SUPORTE À PROSPETIVA

As dinâmicas de evolução recente do mercado de trabalho regional não foram ignoradas, particularmente os efeitos da pandemia nessa evolução e os contornos da recuperação após a transição para situações controladas, mas não de confinamento, com análise atenta do comportamento do mercado de trabalho. Três razões essenciais explicam esta opção, mesmo tendo em conta que a pandemia fez-se sentir num claro período de recuperação do mercado de trabalho:

- Em primeiro lugar, porque o contexto de partida a partir do qual a prospetiva é concebida se alterou;
- Em segundo lugar, porque a própria gestão da pandemia revelou novas necessidades de qualificações e competências, designadamente na área sanitária e social;
- Finalmente, porque, pelas mudanças estruturais que tendeu a gerar (novas formas de organização do trabalho, aceleração da transformação digital, emergência de novas tendências de procura turística, efeito de destruição de capacidade produtiva, por exemplo), a pandemia reformula os *drivers* de formação de novas necessidades de qualificações e competências alterações.

Num quadro em que os efeitos económicos e sociais da pandemia na RAM tenderam, a suplantam a importância relativa da própria incidência sanitária, a recuperação económica observada na Região após 2013 e até ao início

da incidência pandémica mostra alguns traços de evolução cuja síntese é de seguida apresentada, permanecendo a interrogação de saber que recuperação iremos ter no após pandemia, mais inclusiva ou mais destruidora:

- Face ao comportamento da produtividade aparente do trabalho na RAM que não é disruptivo, antes incremental, em linha com a evolução da estrutura produtiva da região, serão as alterações introduzidas pela **transformação digital** que tenderão a determinar as **alterações mais relevantes em termos de produtividade**, ideia confirmada pelo inquérito às empresas.
- A recuperação económica regional observada na década de 2010 na RAM, acontece com uma **melhoria das qualificações secundárias e superiores no emprego**, sendo necessário monitorizar se a década de 2020 confirmará ou não esse crescimento relativamente estável.
- O **impacto da pandemia no mercado de trabalho da RAM acontece após um período de recuperação económica**, que proporcionou à Região uma almofada para gerir e acomodar os efeitos pandémicos da tripla crise; sanitária, económica e social.
- A economia regional encontra-se num processo lento de extroversão, sendo o turismo o principal *driver* de **mutações de qualificações e competências ditadas pelas tendências da internacionalização**.
- O comportamento da **taxa de investimento** significa que a economia regional está longe de revelar uma acentuada transformação estrutural indutora por si só de alterações de condições de procura de qualificações e competências.
- A economia regional enfrenta sérios **obstáculos à inovação**: (i) O **Sistema de Inovação Regional**, mais propriamente o sistema científico e tecnológico regional, é ainda **incipiente**, com fraca intensidade colaborativa com as empresas e insuficiente organizado em termos de processos de transferência e translação do conhecimento; (ii) O peso de **pequenas empresas não facilita a criação de estruturas internas de I&D** e a **absorção de recursos humanos avançados**; (iii) Os **grandes players** turísticos representados na RAM, optando frequentemente por serem meros **importadores de serviços-inovação e de tecnologia**.
- A RAM apresenta **condições favoráveis para a atração/fixação de atividades intensivas em conhecimento**, dadas as suas condições naturais, ambientais e residenciais.
- O comportamento da **I&D executada no setor Empresas (2013-2018)**, pode considerar-se positivo (passou de 3,8 M€ para 6,1 M€ e de 26,9% para 32,2% da I&D total), bem como o **peçoal afeto a atividades de I&D no setor Empresas** teve um incremento (117,2% passou de 87,2 ETIs para 189,4 ETIs).
- A RAM apresenta um **padrão bastante moderado de inovação** segundo o *Regional Innovation Scoreboard*, com o ramo das atividades de **informação e comunicação** a emergir como o ramo com **mais intensidade de inovação**.
- A economia da RAM aparece relativamente equilibrada, na **% de volume de negócios com vendas de produtos novos**, com alguns ramos de atividade a ultrapassar **1/3 do volume de negócio em vendas inovação**, em linha com a posição relativamente favorável que a RAM ocupa no RIS 2019 em dois indicadores: as **despesas de inovação não I&D** e a **presença de inovadores produto e processo**, em que a RAM apresenta comparativamente uma melhor posição.
- Em termos de pessoal ao serviço, a RAM está numa trajetória de recuperação, que sucede a uma queda entre 2008 e 2012, no entanto termos de **investigadores** a situação parece ter melhorado neste período de programação ainda em curso, embora partindo de **valores muito baixos de peso na população ativa**.
- Grande parte das apostas a que a revisão da RIS 3 Madeira está dedicada só serão efetivas se a RAM conseguir seja formar essas **novas qualificações superiores ou avançadas**, seja atrair e fixar os **talentos e os profissionais necessários**.

- Em 2020, residiam 253.923 pessoas (INE, 2020) na RAM, que representavam cerca de **2,5% da população residente em Portugal**. Num período de recessão demográfica, observa-se que entre 2011 e 2020, o número de residentes na RAM registou um **decréscimo (-3,9%) mais significativo do que o decréscimo verificado a nível de Portugal (-2,3%)**. O decréscimo da população residente na RAM, entre 2011 e 2020, deveu-se não só a um saldo natural negativo como também à incapacidade de atrair novos residentes.
- A RAM perdeu, entre 2011 e 2020, **1.701 jovens residentes com idade compreendida entre os 15 e os 24 anos**. A variação negativa de população residente 15-24 anos (-5,1%) foi superior à de Portugal (-3,4%), tratando-se, em ambos os casos, de perdas maiores às registadas relativamente à população total.
- Em 2020, 8,9% dos jovens 18-24 anos residentes em Portugal e 11,2% dos jovens residentes na RAM, abandonava precocemente a escola. Num contexto demográfico desfavorável, a crescente participação em vias educativas e formativas orientadas para jovens, coexiste com **constrangimentos no acesso à educação e na sua valorização por parte de muitos jovens e famílias**.
- No ano letivo 2019/2020, estavam matriculados nos estabelecimentos de ensino, público e privados, da RAM, em educação-formação **41.839 alunos, com tendência decrescente** os últimos 10 anos letivos.
- Dados do ano letivo 2019/20 (OERAM, 2021), indicam que, na RAM estavam inscritos **no ensino secundário um total de 9.386 jovens**. Destes jovens, cerca de **3.612 estavam inscritos em vias profissionalizantes de nível secundário**, o que representa cerca de 38,5% do total de jovens inscritos no secundário no ano letivo 2019/2020 e mostra um **ligeiro incremento da representatividade destas vias ensino**. Os **cursos profissionais** concentram aproximadamente 83,8% dos alunos inscritos nestas vias de ensino.
- À medida que se caminha para os níveis de maior escolaridade, as **taxas de retenção tendem regra geral a subir** (a taxa de retenção do ensino secundário é claramente mais elevada do que a dos diferentes ciclos do ensino básico).
- No 3º trimestre de 2021, a atividade entre os jovens, sobretudo entre os 25 e os 34 anos, tem decrescido face a períodos homólogos e aumenta também a percentagem de jovens (15-34 anos) que, estando desempregados, não se encontram a frequentar qualquer ação de educação-formação, constituindo em **contexto de escassez de jovens, e jovens qualificados, um fator crítico regional**.
- Os dados mensais mais recentes do IEM indicam que, no final de setembro de 2021, estavam inscritos, neste Instituto, 16.441 desempregados, o que corresponde a uma diminuição de 5,5% face ao mês anterior, contando com menos 960 desempregados. A diminuição é ainda mais significativa quando comparada com o mês homólogo (-15%), o que já **reflete alguma recuperação do mercado de trabalho, após o período de fortes impactos negativos relacionados com a Covid-19 na atividade económica e no emprego da região**.
- A comparação dos dados médios do número de **desempregados jovens inscritos**, de junho-setembro 2021 com o período homólogo de 2020, por concelho, permitem observar uma ligeira melhoria global do mercado de trabalho jovem (-2,2% do desemprego jovem registado neste período). Contudo, os **efeitos de retração do mercado de emprego jovem provocados pela crise pandémica ainda são visíveis em alguns concelhos**

Síntese das visões do sistema de atores sobre as apostas e os desafios da RAM

- Foi salientada a necessidade de **inovação nos modelos e ferramentas** de desenvolvimento e/ou consolidação de **áreas de especialização** de qualificação e competências, com ênfase nos seguintes aspetos: (i) a **atração de conhecimento e de recursos formativos**, nomeadamente peritos e formadores,

para alavancar capacidade formativa na região; (ii) a inovação e alargamento de **áreas de cooperação** universidade-escolas-empresas-sistema de inovação; (iii) a organização/ reforço de **centros de excelência** (formação especializada) –cozinha, turismo, tecnologias e recursos do mar, tecnologias digitais, entre outros; (iv) a organização de **especializações pós-secundárias e avançadas** para resposta a necessidades diversas; (v) a **informação e comunicação** com alunos e famílias.

- Destacada a necessidade de diversificação do leque de qualificações intermédias, em resposta a necessidades atuais e procura emergente, alavancada num **planeamento enriquecido e mais estratégico da rede de oferta, na valorização social de profissões e numa comunicação mais eficaz** com jovens e famílias.
- Importância de reforçar a **intencionalidade e o volume dos apoios à formação**, reconversão e certificação de competências de ativos empregados em áreas como, por exemplo, a hotelaria, as profissões do mar, as atividades e especialidades de manutenção de equipamentos. máquinas e infraestruturas.
- Importância de considerar a **inovação dos modelos formativos, a flexibilidade de referenciais e unidades de formação e a aposta no RVCC profissional**, tendo em conta o contexto predominante de PME e a existência de “ativos qualificados sem certificação”.
- Relevância de **pensar e promover os percursos de dupla certificação nas suas 2 dimensões** – orientação para o ingresso no mercado de trabalho e prosseguimento de estudos –, avaliando e segmentando áreas de procura de qualificações intermédias e áreas que requerem **formação complementar e/ ou especializada**, possibilitando uma comunicação mais eficaz com a comunidade educativa, com os empregadores e com o ensino superior;
- Constatação do agravamento das **situações de vulnerabilidade e de exclusão**, também ao nível do acesso à educação-formação, resultantes do contexto pandémico, a que se alia o **desencorajamento dos ativos para uma procura mais ativa de emprego e aceitação das condições oferecidas no mercado de trabalho**, sugerindo a importância de repensar os mecanismos de ativação da procura de emprego;
- Importância de considerar a **articulação dos domínios de política pública na resposta aos desafios regionais** (política de educação e formação vs política de dinamização empresarial e de apoio ao investimento; política económica e fiscal vs política de atração de investimento e qualificações; política social vs política educativa vs política de qualificação).

3. PROSPETIVA DAS QUALIFICAÇÕES E COMPETÊNCIAS: SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

A metodologia de avaliação prospetiva de qualificações e competências foi concebida com as seguintes entradas analíticas:

- A consideração das **políticas e agendas regionais e setoriais** que a RAM estabeleceu no horizonte 2030;
- **Macrotendências contemporâneas** do tipo da automação e robotização, a inteligência artificial, as tecnologias digitais e a organização do processo de trabalho, que tenderão a condicionar a base produtiva da RAM em função do seu grau de internacionalização e de exposição ao exterior;
- **A perspetiva das empresas e das organizações públicas e privadas** com representatividade de procura de qualificações e competências, que está bem representada na auscultação do sistema de atores que

é também ouvido do ponto de vista da sua avaliação da oferta existente e que será, na próxima fase do estudo, substancialmente reforçado com a audição de empresas concretas com tipologias organizacionais diversas;

- Os efeitos da pandemia e a consideração das implicações que o pós-pandemia vai trazer em matéria de identificação de novas condições de resiliência de populações, organizações e territórios, com as correspondentes necessidades de novas qualificações e competências.

Complementarmente, foi realizada um análise do comportamento previsível do emprego, ponderando elementos do tipo: (i) a evolução da produtividade aparente do trabalho pelos principais ramos de atividade da Região; (ii) o comportamento da demografia especialmente dos grupos de população que poderão alimentar a força de trabalho da RAM nos próximos tempos; (iii) o aspeto crítico das migrações, designadamente da capacidade da RAM atrair população jovem por níveis de qualificação, que face aos elementos conhecidos representará sempre o principal fator de dinamismo demográfico da Região.

Assim, o exercício prospetivo de identificação de qualificações para a Região Autónoma da Madeira (RAM) resulta essencialmente da combinação dos seguintes elementos:

- Por um lado, a evolução estratégica da economia regional sobretudo no que incide sobre o comportamento da produtividade;
- Por outro lado, o modo como a RAM reagirá proativa ou reativamente a questões como “(i) a transformação digital das sociedades, das empresas, da vida individual e dos modelos de negócio, (ii) as transformações que pairam sobre o mundo do trabalho geradas pelos processos de automação, robotização, inteligência artificial e tratamento dos “big data”, (iii) as alterações estruturais que no contexto pós-pandemia irão ficar das transformações reativas e a curto prazo que esta suscitou, (iv) as transformações dos modelos de consumo e vida que as mudanças climáticas e a transição energética irão determinar, (v) as transformações associadas aos novos paradigmas energéticos e de sustentabilidade e (vi) as transformações dos sistemas educativos e de formação que acompanharão inevitavelmente mudanças do calibre das anteriormente referidas.

A combinação destes elementos não é obviamente realizada em abstrato, mas antes no contexto da especialização produtiva regional, a qual como foi oportunamente analisado tem evidenciado alguma inércia evolutiva. A emergência na RAM de novas empresas em áreas diversas das TIC, designadamente por via de *start-up's*, alguns com ligação a capital estrangeiro e a capacidade empresarial exterior, é ainda bastante embrionária, carecendo de massa crítica de iniciativas para gerar tendências bem definidas em matéria de prospetiva de qualificações. Porém, já poderá antecipar-se que tais investimentos, com repercussões igualmente na atração e fixação de talentos, será essencialmente com o driver da transformação digital que tenderão a manter os laços mais promissores. Se essa combinação incidirá essencialmente na formação superior e na formação avançada ou se, pelo contrário, poderá também impactar as qualificações intermédias é uma outra questão.

O exercício de prospetiva trabalhou com base numa tipologia de “drivers” de evolução, inspirada em três famílias principais de fontes de informação: (i) os quadros estratégicos definidos para o desenvolvimento da Região e para as suas políticas públicas, (ii) as macrotendências instaladas na economia global, em que a Região se insere sobretudo pela sua especialização turística, consagradas na literatura mais prestigiada e pelos “think-tanks” mais reconhecidos pela opinião pública internacional especializada e (iii) a própria prospetiva das empresas da Região tanto quanto será possível registar evidências dessa atividade prospetiva. As consequências da pandemia constituem um outro driver de evolução, que será analisado à parte.

Como se compreende, o modo como estas famílias de drivers influenciam o quadro prospetivo das qualificações e competências é bastante diferenciado, exigindo percursos metodológicos adaptados:

- Os objetivos estratégicos da programação Madeira 2030 condicionam diretamente as entidades públicas da Região e indiretamente as organizações e as empresas regionais que cofinanciem investimentos segundo as prioridades definidas;
- As macro tendências antecipadas para a inovação tecnológica, organizacional e evolução dos mercados projetam mudanças no plano global que tenderão a fazer-se sentir na Região apenas na medida em que a especialização produtiva regional e as estratégias das empresas regionais as refletirem;
- Finalmente, e em última instância, **é fundamental que existam na RAM empresas que sinalizem pioneiramente essas necessidades tecnológicas e organizacionais e que por via da desejável concorrência na Região e da exposição internacional acrescida se observe um efeito de contágio e de imitação na resposta a essas necessidades.**

Last but not the least, importa não ignorar que o presente exercício de prospetiva de qualificações abrange essencialmente as qualificações intermédias e as necessidades de reciclagem, reconversão e adaptação na formação contínua de ativos.

Como é óbvio, nem todos os *drivers* identificados nesta abordagem apresentarão idêntico poder indutor de transformações. Em nosso entender, existirá uma condição para alguns destes *drivers* deverem ser colocados à cabeça nessa perspetiva. Assim, **quando dos objetivos estratégicos da programação 2030 resultarem orientações e prioridades que combinem positivamente com tendências emergentes na economia nacional e mundial na qual a economia da RAM não pode deixar de ser essa convergência conduzirá a *drivers* com maior impacto indutor de transformações.** Independentemente desta questão estar dependente do modo como a estratégia Madeira 2030 se concretizará na programação em termos mais concretos (tipologias de intervenção e de operações a privilegiar, alocação de recursos, etc.). Em nosso entender, esse será o caso da **transformação digital** e da **transição energética**. Embora o trabalho de terreno tenha revelado que os atores regionais apropriam melhor as necessidades de novas qualificações e competências ditadas pela transformação digital do que pela transição energética, ambos casarão com domínios de programação que serão, tudo o indica, beneficiados em termos de alocação de recursos na programação.

No que respeita à perspetiva e visões dos empregadores e empresas, a auscultação realizada permite destacar as seguintes **áreas de competência e conhecimento**, enquanto as mais sinalizadas como **necessárias e significativas do ponto de vista das apostas da região e da resposta às alterações nos contextos de competitividade e nos modos de trabalho**:

- as competências associadas ao turismo (comunicação, receção, atendimento, acompanhamento, gestão) e à hotelaria e restauração (serviço ao cliente, gestão de sala, cozinha, produção e gestão de cozinha);
- a comunicação, presencial e digital, oral e escrita, como competência transversal;
- a comunicação oral e escrita em línguas estrangeiras (competência requerida como transversal à grande maioria das qualificações);
- os conhecimentos e aptidões para operar em ambiente digital, aprender com tecnologia e utilizar tecnologia;
- a programação e a gestão de sistemas de informação e bases de dados;
- o conhecimento das tecnologias ambientais e energéticas como elementos de mobilidade e diferenciação profissional;

- as competências associadas à manutenção e reparação de máquinas e equipamentos, como sejam a eletricidade, a automação, a eletrónica, a mecânica, a mecatrónica e manutenção;
- as competências de intervenção e apoio social e de prestação de cuidados de saúde, diferenciados e personalizados;
- e, de modo geral, as competências relacionais, de planeamento e gestão de recursos, o pensamento crítico, o trabalho em equipa e a autoliderança como pilares chave da competência profissional.

Em matéria de **qualificações intermédias (sem ignorar as necessidades de qualificações superiores identificadas pelos atores ouvidos)**, foi destacado o espaço que existe na **hotelaria e no turismo**, nomeadamente ao nível do atendimento e informação, do turismo náutico, do turismo natureza e ambiental e da organização e dinamização de produtos turísticos mais inovadores e diferenciados, bem como a **importância da certificação** de profissionais do mar, de cozinha e de informação e acompanhamento de turistas, nomeadamente em ofertas diferenciadoras (natureza, montanha, mar).

Na **saúde, na prestação de serviços e cuidados pessoais, no apoio social e à comunidade, e também no agroalimentar** parece também ser consensual a existência de um vasto espaço para técnicos intermédios, sendo clara a importância da valorização das profissões junto da comunidade educativa e dos jovens e a coerência com percursos que assegurem o prosseguimento de estudo e a obtenção de especializações. E, muito claramente, na **reabilitação urbana e construção, na manutenção hoteleira, nas especialidades associadas à manutenção, construção e reparação em vários setores e contextos** (instalações elétricas, redes elétricas, mecânica, eletricidade, soldadura, serralharia, eletrónica, mecatrónica, automação) são referidas necessidades e procura crescentes de técnicos intermédios. A área da **construção**, nomeadamente quando lhe associamos **os desafios energéticos, sustentabilidade ambiental e acessibilidade**, é também uma área em que as qualificações superiores têm, na perspetiva das empresas, um papel de destaque.

As qualificações intermédias na **área dos audiovisuais e multimédia e na área das ciências informáticas**, nomeadamente as qualificações de programador(a) e de gestão e programação de sistemas informáticos, asseguram uma resposta a necessidades das empresas em complementaridade, e articulação, com as qualificações superiores e avançadas. É nas qualificações integradas nas áreas das tecnologias e das ciências informáticas que mais evidente é o impacto negativo que pode ter a desatualização de referenciais e/ ou os contextos pouco inovadores de aprendizagem no reconhecimento da mais-valia da qualificação por parte dos empregadores.

As implicações em matéria de desenvolvimento e produção de **qualificações especializadas, pós-secundárias ou de nível avançado**, emergem no campo da transição digital, energética, ambiental e, também, em áreas de nicho, especializadas, mais inovadoras ou associadas à concretização de projetos e investimentos, com impacto transversal a vários setores.

O espaço das qualificações intermédias – um debate necessário?

O exercício de prospetiva realizado interpela as políticas públicas regionais em matéria de promoção de qualificações intermédias, suscitando as seguintes reflexões de contexto:

- Os percursos de dupla certificação de nível secundário, que permitem a obtenção de **qualificações intermédias em diferentes áreas, adquiriram valor próprio e crescentemente valorizado** (apesar da existência de representações sociais ainda limitadoras) no sistema educativo e formativo. A sua natureza diferenciadora no cumprimento da escolaridade obrigatória deve ser destacada: entrar no

mercado de trabalho com uma qualificação que combina um percurso de aprendizagem em contexto de trabalho, formação socio cultural e formação tecnológica, e a possibilidade de prosseguimento de estudos;

- O **modelo de financiamento** dos cursos profissionais em vigor, dificulta, sobretudo num contexto cada vez mais exigente de inovação, diferenciação e personalização de modelos e percursos de aprendizagem, o investimento necessário em recursos, materiais e humanos, e a capacitação continuada das entidades, para produzir as competências que são requeridas pelas saídas profissionais resultantes das qualificações. São fatores complementares para esta reflexão: i) o ritmo, ainda lento, de atualização dos **referenciais de qualificação** existentes no Catálogo, nomeadamente em áreas críticas para a RAM, como as ciências informáticas, a agricultura e agroalimentar e a economia azul; ii) a importante **margem de progressão na cooperação empregadores-empresas-escolas**, traduzida em investimento partilhado, e a insuficiente dinâmica de **parcerias locais ou setoriais para a qualificação**, que se traduz no reduzido conhecimento que a maioria das empresas têm sobre o possível valor acrescentado de incorporação de qualificações intermédias e, também, na escassa participação na construção da oferta regional ; iii) o desenvolvimento necessário na oferta de especializações profissionais e na coerência de percursos entre o ensino profissional e o ensino superior;
- O **espaço que um(a) detentor(a) de uma qualificação intermédia pode ocupar** no mercado de trabalho e nos mais vários contextos profissionais, está naturalmente associado ao seu **posicionamento, perfil e características pessoais**, bem como à **qualidade e consistência do percurso formativo frequentado e concluído**, nomeadamente em termos da atualidade de recursos e métodos e da proximidade aos contextos profissionais. É isto que explica que, numa mesma área de atividade, alguns empregadores reconheçam a valia e o espaço de uma determinada qualificação intermédia (ex: programador de informática), por complementaridade com formação superiores e ou avançadas, e outros empregadores desvalorizem o seu espaço de contributo.

Neste contexto, o exercício de prospetiva concluiu que existem **áreas ou domínios de atividade/ exercício profissional em que o espaço ocupado pelas qualificações intermédias está, digamos, consagrado, reconhecido e valorizado**, e outras áreas e domínios em que as qualificações intermédias se constituem, ou se afirmam, sobretudo como uma possibilidade de acesso ao desenvolvimento de competências mais específicas ou especializadas; dito, de outro modo, **áreas em que as qualificações intermédias são um percurso para aceder a qualificações superiores e avançadas**.

Com exceção dos “mundos” da robótica, automação, programação, sistemas de informação, gestão de bases de dados, cibersegurança, eficiência energética em que predomina o referencial das qualificações superiores, nos restantes domínios não é, regra geral fácil para os empregadores distinguirem o espaço que pretendem atribuir aos diferentes tipos de qualificações. Com um discurso centrado na competência que o profissional demonstra e perante mercados de trabalho que, nalgumas áreas de atividade, não diferenciam salarialmente, de forma expressiva, uma qualificação superior e uma qualificação intermédia, os empregadores optam pela contratação de quem reconhecem mais competente, aferido frequentemente pelos períodos de estágio, pelas informações de parceiros ou pela experiência que têm com escolas ou centros de formação. Identificam-se também atividades em que nível de qualificação não é requisito base, embora o seja cada vez mais o nível de escolaridade, optando as empresas pela formação em contexto de trabalho que, frequentemente, é associada à prática profissional efetiva.

Mas existem domínios em que **os empregadores claramente identificam, reconhecem e valorizam as qualificações intermédias como resposta privilegiada às suas necessidades**: o apoio social, não especializado; o

apoio à comunidade e a animação sociocultural; o apoio nas áreas da prestação de cuidados de saúde; a restauração e, de modo geral, as funções na hotelaria; as atividades administrativas de apoio à gestão e vendas; a informática, na componente de operações em sistemas e redes, apoio à gestão, equipamentos; os audiovisuais e atividades relacionadas com a multimédia; e, de forma bastante clara, a área da manutenção e reparação de máquinas, equipamentos e infraestruturas com enfoque em áreas diversas como a manutenção hoteleira, a reparação naval, as instalações elétricas, a mecatrónica, a eletrónica, a eletricidade, a serralharia, a mecânica.

Por outro lado, identificam-se **outras áreas, com oferta de qualificações intermédias, em que a opção por profissionais detentores de uma qualificação especializada/ certificação ou por uma qualificação superior ou por uma qualificação avançada, é claramente preferencial**. Neste âmbito destacam-se: i) a produção e gestão de cozinha, em que o recrutamento de profissionais com formação pós-secundária é preferencial; ii) a animação e o acompanhamento turístico, área em que as exigências de conhecimentos diversos, o domínio de línguas estrangeiras e a especialização de produtos e ofertas (náutica, montanha, ambiente/ natureza, património), requerem certificações e formação complementar ou de nível superior; iii) a prestação de cuidados diferenciados, pessoais e sociais, como domínio cada vez mais exigente em matéria de conhecimento complementares e especializados; iv) e, por fim, de um modo, muito claro, as áreas de atividade e de conhecimento associadas à consagração das apostas na transição digital, eficiência energética e economia azul. Programação, gestão de bases e sistemas de informação, robótica, automação, energias renováveis, utilização e gestão de tecnologias avançadas, são alguns dos domínios em que as qualificações superiores e avançadas assumem um contributo determinante na resposta às necessidades e procura.

Finalmente, o exercício prospetivo identifica alguns elementos de contexto regional que exigem que as políticas de promoção das qualificações intermédias e a inovação necessária nas atividades educativas e formativas não devam ignorar os objetivos de coesão social:

- Contexto demográfico recessivo, capacidade de atração demográfica negativa na última década, embora com alguns polos de atração populacional, a que se associam dificuldades de retenção e atração de qualificações intermédias, superiores e avançadas;
- Níveis de escolaridade da população residente e ativa globalmente baixos, em paralelo com a melhoria de indicadores de sucesso escolar da população jovem estudante;
- Insuficiente capacidade de resposta educativa-formativa à população adulta, afastada do mercado de trabalho e com elevados níveis de iliteracia (numérica, digital, entre outras); e a uma intervenção, pouco expressiva e pouco alargada, no reconhecimento, validação e certificação de competências, sobretudo de nível profissional;
- Tensão na conjugação de políticas de apoio social, nomeadamente resultantes da crise pandémica, com política de apoio ao emprego e inserção profissional, sinalizando-se a importância de inovar e reforçar os **mecanismos de ativação da procura de emprego**;
- Ausência de informação rigorosa sobre os impactos do atual contexto no abandono escolar precoce (cujo indicador melhorou substancialmente num passado recente), na desmotivação de alguns jovens e no agravamento da consolidação de aprendizagens essenciais;
- Taxas de retenção ainda superiores às verificadas no conjunto do país, taxas reais de escolarização no ensino secundário inferiores às do conjunto do país e variabilidade territorial dos indicadores de sucesso escolar e dos percursos diretos de sucesso;

- Modalidades de dupla certificação com expressão ainda reduzida, face à meta traçada (50%), e margem de progressão elevada na coerência de percursos de dupla certificação, nomeadamente entre os cursos profissionais, os TESP e a formação de especialização;
- Representações sociais dos percursos de dupla certificação, ainda dificultadoras de uma maior mobilização da procura social para enquadradas nas apostas estratégicas; dificuldade de consagrar apostas em qualificações intermédias, sobretudo em resultado de: representação social de algumas profissões, elevada margem de progressão na orientação vocacional e na comunicação eficaz com alunos e famílias e, também, escassez de recursos formativos, nomeadamente formadores em áreas diferenciadas ou de especialidade;
- Existência de nichos de conhecimento e inovação em áreas de competitividade com escassa cooperação (ou cooperação muito centrada em estágios e eventos) com o sistema educativo e formativo regional e, nomeadamente, com as escolas que formam técnicos intermédios;
- Diversidade de modelos empresariais, nomeadamente quanto à valorização das qualificações e da formação. Empresas e entidades que atraem qualificações e competências e desenvolvem os seus modelos formativos com maior, ou menor, cooperação ou recurso às ofertas do sistema educativo e formativo público; empresas e entidades mais afastadas da procura de formação e dos benefícios da qualificação;
- Uma rede de oferta de qualificações intermédias com um grau de articulação em evolução, embora ainda com dificuldade de resposta a solicitações, necessidades e procura diversas associadas a nicho de atividade e aposta estratégicas da região.

4. CONCLUSÕES: ÁREAS DE COMPETÊNCIA E DE QUALIFICAÇÃO

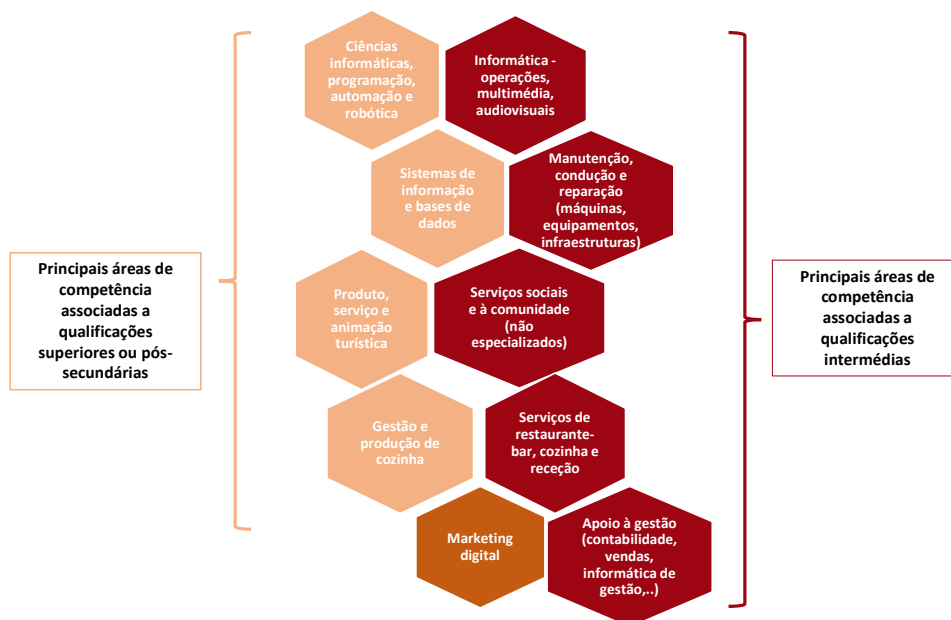
Numa forma gráfica, sistematizam-se as **áreas de competência** que resultaram necessárias e/ ou procuradas deste exercício de prospetiva.

Áreas de competências identificadas como necessárias e procuradas na RAM

ÁREAS DE COMPETÊNCIAS TRANSVERSAIS <i>(partilhadas em diversos contextos territoriais mas que emergiram também na RAM com âncoras da competência profissional)</i>	Autoliderança e relações interpessoais	Cooperação e trabalho em equipa	Pesquisa, avaliação e gestão de informação	Comunicação eficaz (orientação cliente/ públicos; digital, línguas)
	Planeamento e gestão de recursos (materiais e humanos)	Aplicação e gestão de tecnologias digitais	Conhecimento e consciência ambiental e energética	Pensamento crítico e criatividade
ÁREAS DE COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS <i>(nota: necessidades que, sendo comuns com outros territórios, emergiram na auscultação realizada; destacam-se as referências mais recorrentes às necessidades nas áreas sinalizadas com *)</i>	STEAM (Science, Technology, Engineering, Arts, Applied Math)	Utilização de sistemas e bases de informação e comunicação	Eletrónica, automação e robótica	(*) Redes, sistemas e programação informática
	Transformação alimentar (produção e comercialização)	Logística e transportes	Recursos, utilizações e tecnologias do Mar (economia azul)	Energias renováveis e eficiência energética
	(*) Inovação e organização de produtos e serviços (turismo; saúde e bem estar)	(*) Cozinha, restaurante-bar e hotelaria (serviço, produção, gestão equipas)	(*) Manutenção e reparação de máquinas e equipamentos	Serviços sociais e à comunidade

Fonte: elaboração da equipa com base na informação, documental, estatística e de terreno, recolhida e analisada

Áreas de competências e sua associação a níveis de qualificação (intermédio e superior)



Fonte: elaboração da equipa com base na informação, documental, estatística e de terreno, recolhida e analisada

Principais necessidades de qualificações intermédias na RAM



Fonte: elaboração da equipa com base na informação, documental, estatística e de terreno, recolhida e analisada

Qualificações intermédias de nicho – diferenciadoras, inovadoras ou de procura não massificada



Fonte: elaboração da equipa com base na informação, documental, estatística e de terreno, recolhida e analisada

5. RECOMENDAÇÕES PARA A AÇÃO DO SISTEMA EDUCATIVO E DE FORMAÇÃO REGIONAL

As recomendações para a ação do sistema educativo e de formação regional são essencialmente formuladas com o objetivo de **efetuar propostas de intervenção em domínios que se afiguram centrais na resposta aos desafios colocados pelo exercício de prospetiva efetuado.**

Sugerem-se **áreas de intervenção, ao alcance do contributo do governo e das instituições regionais**, que na nossa visão poderão alavancar a inovação e o aumento de qualidade e foco estratégico da oferta formativa, a atenuação de tensões no acesso à qualificação e a resposta a necessidades e procuras manifestadas.

Estrutura de orientações estratégicas para a ação do sistema educativo regional



Fonte: Elaboração própria a partir da reflexão e visão da equipa

A proposta de dinamização da formação de competências e qualificações na RAM com base na ação do sistema educativo e formativo regional requer um impulso de política pública centrado em dimensões como: (i) **partilha de conhecimento**, (ii) promoção da **excelência e qualidade educativa e formativa**, (iii) **inovação institucional** ao nível da cooperação, da capacitação do sistema de atores e da orientação de recursos e (iv) prioridades para o acesso às oportunidades de desenvolvimento dos jovens e ativos, quer nos contextos formativos, quer nos contextos profissionais.

Esse impulso assenta, por sua vez, nos seguintes pilares: (i) atrair, reter e promover a cooperação de **recursos e competências**, (ii) capacitar **pessoas e entidades**, (iii) suportar a **qualidade das práticas de aprendizagem**, (iv) aferir e intervir em **condições de acesso à formação e qualificação** e (v) desenvolver uma estratégia de **criação e/ou consolidação de centros excelência** em áreas de **qualificação significativas** do ponto de vista da competitividade da RAM, constituem pilares centrais de ação.

Estas são dimensões que enquadram as propostas que apresentamos no relatório e que seguidamente enunciamos.

- **Atração e desenvolvimento de recursos humanos e materiais**
- **Produção e partilha de conhecimento e experiências**
- **Informação da procura social e orientação de jovens**
- **Planeamento, concertação e gestão da rede de ofertas de dupla certificação**
- **Parcerias regionais e locais para a qualificação e o emprego**

O que aqui se propõe é a **inovação institucional na dinamização de parcerias para a qualificação e o emprego na RAM**, eventualmente recuperando e enriquecendo experiências e projetos em curso ou realizados na região e fora dela.

Num contexto de incerteza e reconfiguração das formas de trabalho e de prestação de serviços, a produção de qualificações, de novas qualificações, o reforço de competências diferenciadoras, a qualificação de ativos e a reconversão profissional exigem **prioridades claras na afetação de recursos, impulsos de política pública e apostas estruturadas e intencionais na aprendizagem permanente**, ancorada em competências sólidas e na cooperação entre pessoas e entidades com âmbitos de atuação, visões e conhecimento complementares.